

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015

25 DE JULHO DE 2015

**CARGO:
PROCURADOR JURÍDICO**

INSTRUÇÕES

Este Caderno de Questões contém **30 questões**, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e **uma única resposta correta**. Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no Caderno de Questões, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá juntamente com o Caderno de Questões, o **Cartão Resposta**, o qual deverá ser preenchido atentamente com **Nome, Concurso (CP Planalto Alegre-SC), Nº da Inscrição, Data de Nascimento, as respostas por questão e Assinatura**.

O **Nº de Inscrição** deverá ser preenchido da seguinte forma, de acordo com o exemplo abaixo:

Nº Inscrição: 00036 (exemplo de nº de inscrição)

■	■	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
■	■	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
■	■	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
■	■	0	1	2	■	4	5	6	7	8	9
■	■	0	1	2	3	4	5	■	7	8	9

As respostas do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento abaixo:

■	1	■	B	C	D	E
■	2	A	■	C	D	E
■	3	A	B	■	D	E

O **Cartão Resposta** é o único documento válido para a correção das provas e o não preenchimento correto implica a anulação da questão. **Não será fornecido**, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta por erro de preenchimento por parte do candidato. O Cartão Resposta é **insubstituível** e de inteira responsabilidade do candidato, por isso não deve ser amassado, dobrado, rasgado ou rasurado.

Durante a realização das provas **não será permitida qualquer consulta a materiais**, sejam didáticos ou eletrônicos. O candidato que for flagrado fazendo uso desses materiais estará automaticamente **eliminado** do Concurso Público.

A **interpretação das questões** é parte integrante da prova, não sendo permitido aos fiscais de sala auxiliar na interpretação.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Cartão Resposta, somente será permitida após transcorrido **30 minutos do início da mesma**.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, **entregue o Caderno de Questões e o Cartão Resposta ao fiscal de sala**. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Concurso Público.

O tempo de duração total da prova é de **3 horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta.

Os **3 últimos candidatos** ao terminar a prova deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais de sala, conferir os Cartões Resposta e assinar a folha ata e o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões Resposta e os Cadernos de Questões.

A **desobediência** a qualquer uma das determinações constantes do Edital de Concurso Público, do presente Caderno de Questões e de preenchimento do Cartão Resposta, implicará na **eliminação do candidato** do Concurso Público.

O **Gabarito Preliminar** e as **provas escritas/objetivas** estarão disponíveis, no dia **27 de julho de 2015**, no site www.alternativeconcursos.com.br.

É facultado ao candidato interpor **recurso** contra as questões da prova escrita objetiva através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de **28 e 29 de julho de 2015**.



Disponível em: www.plus.google.com Acesso:06/07/2015

01) Assinale a proposição correta conforme leitura da tirinha proposta:

- a) A tirinha nos faz refletir sobre a vulnerabilidade dos relacionamentos modernos.
- b) O escritor se refere ao advogado como alguém imperito e irônico.
- c) A autor da tira critica o casamento nos tempos modernos de forma obtusa.
- d) O descontentamento amoroso é patente.
- e) O discurso machista do autor da tirinha nos remete a falta de amor nos tempos modernos.

02) Das palavras retiradas da tira, marque a assertiva em que há erro na classificação da palavra grifada:

- a) vez - substantivo
- b) em - preposição
- c) sonham - verbo
- d) paradisíaco - adjetivo
- e) gargalha - advérbio

03) “Toda vez que dois jovens...” Os vocábulos VEZ e VÊS são com frequência confundidos na escrita por apresentarem o mesmo som, porém tanto a grafia quanto o significado são diferentes. Complete as frases com as palavras correspondentes ao contexto:

1. A foi deixada no zoológico.
2. O professor estava para não se atrasar para o curso.
3. Na já estavam mais quatro presidiários perigosos.
4. Duvidava de tudo, era um homem

Respeitando a ordem em que as sentenças aparecem, temos:

- a) serva – apressado – cela - céptico
- b) serva- apreçado – sela - séptico
- c) cerva – apreçado – sela - céptico
- d) cerva – apressado – cela - céptico
- e) serva- apressado – cela - séptico



Disponível em: www.quimauve-rose.blogspot.com Acesso: 03/07/2015.

04) Observa-se que há na expressão “batido as botas” uma figura de linguagem denominada:

- a) metonímia
- b) pleonasma
- c) catacrese
- d) anacoluto
- e) eufemismo

05) “...ter batido as botas, mas eu não.” A conjunção utilizada no fragmento anterior estabelece ideia de:

- a) adversidade
- b) causa
- c) finalidade
- d) alternância
- e) consequência

06) “Claro que voce já vai ter batido as botas, mas eu não.” Os pronomes sublinhados são classificados respectivamente como:

- a) de tratamento - pessoal do caso reto
- b) pessoal do caso reto - pessoal do caso reto
- c) relativo - pessoal do caso oblíquo
- d) de tratamento - pessoal do caso oblíquo
- e) relativo -de tratamento

07) A alternativa em que a locução adjetiva não corresponde ao adjetivo dado é:

- a) Filatélico – de selos
- b) Cunicular – de cobre
- c) Vulpino – de raposa
- d) Columbino – de pombo
- e) Insular – de ilha

08) Marque a assertiva que sublinha um substantivo sobrecomum:

- a) A amazona se destacou na competição.
- b) Minha comadre veio me visitar.
- c) O zangão cuidava da colmeia.
- d) A cobra estava enrolada no galho.
- e) O cônjuge estava realizado com o casamento.

09) Assinale a alternativa em que a flexão do substantivo composto está erroneamente empregada:

- a) sempre-vivas
- b) tico-ticos
- c) arroz-es-doce
- d) mulas-sem-cabeças
- e) bem- te- vis

10) Analise as orações:

1. Quer eu durma quer eu fique acordado, ficarei no quarto.
2. Conclui o meu projeto, logo posso descansar.
3. Só passei na prova porque me esforcei por muito tempo.

- a) 1, 2 e 3 são orações subordinadas adjetivas.
- b) 1 é oração coordenada sindética e 3 é oração subordinada substantiva.
- c) Somente 3 é oração subordinada adverbial.
- d) Somente 1 é oração coordenada assindética.
- e) 1, 2 e 3 são orações coordenadas sindéticas.

Matemática

11) Resolvendo-se a equação exponencial $(625)^{x-4} = \frac{1}{\sqrt[3]{125}}$ encontramos para x:

- a) -3
- b) 0,25
- c) 3,75
- d) -7,5
- e) 8

12) Sendo que $\log 2 = x$ e $\log 3 = y$, então $\log 7,2$, pode ser:

- a) $\frac{3x}{2y-1}$
- b) $3x + 2y - 1$
- c) $3x - 2y - 2$
- d) $4x - 3y$
- e) $\frac{2y}{3x-2}$

13) Em uma PA (Progressão Aritmética) o décimo termo é 130, o décimo nono termo é 220, então o sétimo termo dessa PA é?

- a) 100
- b) 90
- c) 75
- d) 92
- e) 94

14) Numa PG (Progressão Geométrica), o primeiro termo é 0,04 e o terceiro termo é 4, então qual é o sexto termo dessa PG?

- a) 1000
- b) 400
- c) 2000
- d) 40000
- e) 4000

15) Um cilindro possui altura de 8dm, e o seu diâmetro da base é a metade da altura, então o volume desse cilindro em dm^3 é de? (adote $\pi = 3$).

- a) 90
- b) 48
- c) 108
- d) 96
- e) 204

Espaço para cálculo:

16) (Lei Orgânica do Município) De acordo com o art. 6º da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), todo Poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente. A soberania popular será exercida diretamente, nos termos da lei, em especial, mediante:

- I. Iniciativa popular.
- II. Referendo.
- III. Plebiscito.

- a) Somente I e II estão corretos.
- b) Somente II e III estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

17) (Lei Orgânica do Município) Conforme art. 8º da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), são símbolos do Município de Planalto Alegre: o brasão, a bandeira, o hino e outros, estabelecidos em lei municipal aprovada por:

- a) Dois terços dos Vereadores.
- b) Três quartos dos Vereadores.
- c) Três quintos dos Vereadores.
- d) Dois quintos dos Vereadores.
- e) Quatro sétimos dos Vereadores.

18) (Lei Orgânica do Município) De acordo com o art. 9º da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), compete ao Município, no exercício de sua autonomia, a organização, o governo, a administração e a legislação próprios, mediante a:

- I. Edição da Lei Orgânica.
- II. Eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.
- III. Organização e Execução dos serviços públicos locais.
- IV. Edição das normas relativas às matérias de sua competência.

- a) Somente I, II e IV estão corretos.
- b) Somente I e II estão corretos.
- c) Somente III e IV estão corretos.
- d) Nenhum está correto.
- e) Todos estão corretos.

19) (Lei Orgânica do Município) Segundo prescreve o art. 13 da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), ao Município é vedado:

- I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- II. Recusar fé aos documentos públicos.
- III. Criar distinções entre estrangeiros ou preferências entre pessoas políticas.

- a) Somente I e III estão corretos.
- b) Somente I e II estão corretos.
- c) Somente II e III estão corretos.
- d) Nenhum está correto.
- e) Todos estão corretos.

20) (Lei Orgânica do Município) De acordo com o art. 14 da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), são Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si:

- I. O Legislativo.
- II. O Executivo.
- III. O Judiciário.

- a) Somente I e III estão corretos.
- b) Somente II e III estão corretos.
- c) Somente I e II estão corretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

Conteúdos Específicos

DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Sobre a Organização Política Administrativa prevista na Constituição é correto afirmar:

- a) Legislar sobre normas de direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico cabe, de forma concorrente, à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- b) A proteção dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos é de competência comum entre a União, Estados, do Distrito Federal e, também, dos municípios.
- c) Apesar da Constituição dispor que legislar sobre normas de direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, compete privativamente à União, lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre tais matérias.
- d) Em se tratando da competência concorrente para legislar, a competência dos Estados Membros e do Distrito Federal resume-se as regras gerais.
- e) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou

formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

22) Acerca da organização dos Poderes, assinale a afirmativa correta:

- a) O total de despesas do Poder Legislativo Municipal, incluindo-se o subsídio dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal.
- b) De acordo com a Constituição Federal, o Município será regido por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- c) Os Territórios Federais integram a União, sendo que sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas por lei complementar.
- d) Nos termos da Legislação Constitucional, compete aos municípios, dentre outras atribuições, a de criar, organizar e suprimir distritos, observando-se a legislação federal, e, também, legislar sobre assuntos de interesse local.
- e) Constitui infração administrativa do Presidente da Câmara, punível com multa, o gasto de mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com a folha de pagamento, excluindo-se o subsídio dos vereadores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23) A Lei n. 8.429/92 trouxe importantes avanços no combate a improbidade administrativa cometidas por agentes públicos. Sobre este importante avanço legislativo é incorreto afirmar que:

- a) Para apurar qualquer ilícito previsto na Lei n. 8.429/92, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada por qualquer pessoa, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.
- b) As penalidades previstas na Lei n. 8.429/92 podem ser aplicadas, dentre outros, aos atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
- c) Recebida a petição inicial, o réu será citado para apresentar contestação. Além da contestação, o réu poderá interpor agravo de instrumento, no prazo legal, em face a decisão que recebeu a inicial.
- d) A demanda principal, que vise a apuração e punição dos agentes, tramitará pelo rito ordinário, sendo

autorizado ao Magistrado homologar acordo e/ou transação celebrada entre o agente e o Ministério Público local, desde que consigne o ressarcimento integral do prejuízo verificado.

- e) Estando a inicial em ordem, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

24) Sobre os Bens públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os bens de uso comum do povo, por serem destinados a usuários anônimos, utilizados por toda a sociedade, permanecem sob a administração do Poder Público, que tem o dever de manter as normais condições de uso pela coletividade.
- b) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Todos os demais bens são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- c) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- d) Os bens dominicais são aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- e) A alienação de bens imóveis geralmente é disciplinada em legislação própria das entidades estatais, a qual, via de regra, exige autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência. A alienação de bens móveis ou semoventes, necessita de licitação, na modalidade de leilão, a fim de se obter maior benefícios à municipalidade.

DIREITO DO TRABALHO

25) Acerca da organização/associação sindical, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para fundação de novo sindicato, a lei não poderá exigir autorização do Estado, ressalvando-se o registro do novo sindicato no órgão competente, sendo proibida a intervenção ou interferência do Poder Público na organização sindical.
- b) Torna-se proibida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- c) Ao aposentado filiado em sindicato de sua categoria, é assegurado o direito ao voto; entretanto, não pode receber votos nas organizações sindicais, salvo previsão no estatuto da organização sindical.

- d) Após o registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado; se eleito, ainda que suplente, terá estabilidade pelo prazo de 01 (um) ano.
- e) Segundo a legislação competente, ninguém será obrigado a se filiar em sindicato, nem mesmo ser obrigado a se manter filiado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26) A dívida ativa da Fazenda Pública possui regimento próprio de cobrança. Acerca da chamada “Lei de Executivos Fiscais”, analise as assertivas e assinale a correta:

- a) A petição inicial, que deverá conter explicações que ratifiquem a Certidão de Dívida Ativa, será endereçada ao Juízo competente, que determinará a citação do executado; para apresentação de defesa, o devedor deverá nomear bens à penhora ou garantir a execução.
- b) Via de regra, a citação será feita por meio postal, salvo outro requerimento elaborado pela Fazenda Pública; a citação será considerada feita na data de entrega da carta no endereço do devedor, ou, sendo omitida a data, 15 (quinze) dias após a entrega da carta à agência postal.
- c) Caso o executado esteja ausente da República Federativa do Brasil, sua citação será elaborada por edital, com prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- d) O protocolo da execução fiscal, desde que acompanhada de todos os documentos exigidos pela legislação, interromperá o prazo prescricional.
- e) A execução fiscal cujo valor não ultrapassar o correspondente a um salário mínimo deverá ser extinta sem julgamento de mérito. Entretanto, devidamente intimada a Fazenda Pública, esta poderá reunir em autos únicos todas as execuções, sendo dispensado o pagamento de custas e diligências processuais.

27) O Código Tributário Nacional dispõe e autoriza a União, unicamente, a instituir empréstimos compulsórios. Entretanto, o mesmo Diploma Legal prevê que somente será instituído em casos excepcionais, ou seja:

- a) Guerra externa ou na sua iminência; calamidade pública, que exija auxílio federal impossível de se atender com recursos disponíveis; crise econômica que exija absorção temporária do poder aquisitivo.
- b) Em casos de guerra declarada, seja interna ou externa; situação de extremo risco financeiro para o Poder Público Federal; conjuntura mundial que exija absorção temporária do poder aquisitivo.
- c) Calamidade pública, que exija auxílio financeiro federal; guerra interna, ou na sua iminência; crise

mundial, em que seja solicitado auxílio financeiro à República Federativa do Brasil.

- d) Guerra externa declarada; calamidade pública, que exija auxílio federal impossível de se atender com recursos ativos e futuros; crise financeira que exija absorção temporária do poder aquisitivo.
- e) Guerra interna ou na sua iminência; calamidade pública, que exija auxílio federal impossível de se atender com recursos disponíveis; crise financeira que exija absorção temporária do poder aquisitivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28) O Código de Processo Civil Brasileiro dispõe acerca das hipóteses de suspensão do curso processual, inclusive na fase executória. Considerando tais hipóteses, assinale a assertiva correta:

- a) As partes poderão convencionar acerca da suspensão do processo, que não poderá exceder o prazo de 12 (doze) meses; findo este prazo, o escrivão judicial determinará intimação das partes para prosseguimento do feito.
- b) Em caso de falecimento do procurador de qualquer das partes, o Magistrado concederá prazo não superior a 30 (trinta) dias para que a parte constitua novo procurador; findo o prazo sem constituição de novo procurador, o juiz extinguirá o feito sem julgamento de mérito.
- c) Durante a suspensão do feito é defeso às partes a prática de qualquer ato processual. Poderá, entretanto, o magistrado determinar a realização de atos urgentes, evitando-se a ocorrência de danos irreparáveis à parte.
- d) Durante o período de suspensão do processo principal, a medida cautelar, por ser procedimento acessório, também ficará suspensa, mesmo havendo o seu deferimento pelo Magistrado.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

29) Analise as assertivas abaixo:

- I. A citação far-se-á em qualquer lugar que se encontre o réu, salvo no caso de militar em serviço, cuja citação deverá ser realizada em sua residência.
- II. A citação determinada por juiz incompetente interromperá a prescrição, porém não constituirá em mora o devedor.
- III. A parte que, agindo com má-fé, requerer a citação editalícia do réu será multada no valor equivalente a 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo vigente na sede do Juízo.

Assinale a assertiva correta:

- a) As alternativas I e III estão corretas.
- b) As alternativas I e II estão corretas.
- c) Somente a alternativa III está correta.
- d) As alternativas II e III estão incorretas.
- e) Somente a alternativa I está correta.

DIREITO CIVIL

30) Sobre os fatos jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- b) A constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 30 (trinta) vezes o salário mínimo nacional, depende de escritura pública para surtir seus reais efeitos, salvo disposição contrária de lei.
- c) Nas declarações de vontade se dado maior valor à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) O negócio jurídico que não seguir as formas prescritas em lei é nulo.
- e) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.